



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2ª REGIÃO

**XXIV CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA  
2ª REGIÃO**

**1ª Prova - CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª Etapa - 06/MARÇO/99**

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PREVIDENCIÁRIO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL, DIREITO CIVIL ( LEI DE INTRODUÇÃO, PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES) E DIREITO COMERCIAL.

**INSTRUÇÕES**

1. Verifique se este caderno de prova contém 50 (cinquenta) questões.
2. Cada questão possui apenas uma alternativa correta.
3. Use somente caneta esferográfica fornecida pelo fiscal.
4. Os fiscais não darão qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é encargo do candidato.
5. São proibidas quaisquer consultas.
6. Não rubrique, nem rasure a Folha de Resposta, do contrário será anulada a prova.
7. É proibido o uso de corretivos.

**DURAÇÃO DA PROVA: 04 HORAS**

**COMISSÃO DO CONCURSO**

Juiz VALENTIN CARRION - Presidente  
Juíza VANIA PARANHOS  
Advogado JAYME BORGES GAMBÔA - (OAB)

**COMISSÃO EXAMINADORA**

Juiz CARLOS ROBERTO HUSEK - Presidente  
Professor CARLOS MOREIRA DE LUCA  
Advogado CARLOS CARMELLO BALARÓ (OAB)

Obs.: O gabarito desta prova será publicado no dia 10 de março de 1999, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Judiciário, Caderno I, Parte II .

**COMISSÃO DE CONCURSO DA MAGISTRATURA  
TRT/2ª REGIÃO**  
Rua da Consolação, 1.272 - 5º andar - CEP 01302-906 - SP  
Fone: 255.4111 - Ramal 2297

## DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. No tocante aos honorários advocatícios no processo do trabalho é correto dizer:

- a) não são nunca devidos, diante do "jus postulandi" conferido às partes.
- b) são devidos, em hipóteses limitadas, no montante máximo de 15%.
- c) são devidos, em hipóteses limitadas, no montante máximo de 20%.
- d) são devidos sempre, por aplicação subsidiária do CPC, na forma do art. 769, da CLT.

2. No processo do trabalho a incompetência absoluta:

- a) só pode ser manifestada como exceção.
- b) só pode ser alegada com a contestação.
- c) pode ser alegada a qualquer tempo pela parte somente quando fundada em documento novo.
- d) pode ser declarada de ofício.

3. Argüida exceção de incompetência em razão do lugar:

- a) será dado prazo de 24 horas para manifestação do reclamante e a exceção deverá ser julgada na primeira audiência ou sessão que se seguir.
- b) será dado prazo de 5 dias para manifestação do reclamante e a exceção deverá ser julgada na primeira audiência ou sessão que se seguir.
- c) será dado prazo de 5 dias para manifestação do reclamante e o processo será incluído na pauta observado o intervalo de 5 dias.
- d) será dado prazo de 5 dias para manifestação do reclamante e o processo será incluído na pauta, na primeira audiência em que ocorrer vaga.

4. Em reclamação trabalhista foi argüida a incompetência de uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Jundiaí, apontada como competente uma das Juntas de São Paulo; e também a incompetência da Justiça do Trabalho, declinada a competência para a Justiça Comum Estadual, em razão da matéria. Da decisão quanto às exceções cabe recurso no prazo de oito dias? Aponte a hipótese correta:

- a) sim, somente se acolhidas ambas as exceções.
- b) sim, somente se ambas as exceções não forem acolhidas.
- c) sim, se acolhida a exceção em razão do lugar, prejudicando o exame da exceção em razão da matéria.
- d) sim, se rejeitada a exceção de incompetência em razão do lugar e acolhida a exceção em razão da matéria.

5. Proposta reclamação, a reclamada alegou inépcia da inicial e contestou o mérito. O reclamante requereu em audiência que a reclamada fosse declarada revel, porque irregularmente representada em audiência. Instruído o processo, houve as seguintes manifestações:

- I - o Juiz Presidente propôs para a solução do litígio que não se acolhesse a argüição de inépcia da inicial; que não fosse declarada a revelia, porque bem representada a reclamada; e no mérito julgou o processo parcialmente procedente.
- II - o Juiz Classista dos Empregados declarava revel a reclamada e julgava o processo inteiramente procedente.
- III - o Juiz Classista dos Empregadores julgava inépta a inicial e extinguiu o processo sem julgamento do mérito.

Ante a divergência de votos, a solução do processo é a seguinte:

- a) prevalece a proposta do Juiz Presidente.
- b) o processo é julgado procedente, conforme o voto do Juiz Classista dos Empregados, ante o princípio do favor legal ao hipossuficiente.
- c) o processo é julgado extinto sem apreciação do mérito, pois o acolhimento da preliminar prejudica o exame do mérito.
- d) o Juiz Presidente e o Juizes Classistas devem reformular seus votos, visando seja alcançada a maioria.

6. O processo foi julgado procedente. A reclamada formula embargos declaratórios, sustentando omissão do julgado, que não apreciou a alegação de prescrição formulada em contestação. Julgando os embargos declaratórios, a JCJ pode acolher os embargos e declarar a prescrição? Aponte a resposta e fundamentação corretas:

- a) não, porque com a sentença a Junta esgotou a prestação jurisdicional, não podendo modificar sua própria decisão.
- b) não, os embargos declaratórios nunca podem ter efeito modificativo.
- c) sim, porque a prescrição pode ser alegada em qualquer instância ou Tribunal; logo, pode ser apreciada em embargos, como em qualquer outro recurso.
- d) sim. A Junta não estará modificando julgamento anteriormente proferido, porque a prescrição não havia sido examinada na sentença embargada.

7. Verificando o Juiz Presidente que a petição inicial apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, deverá ele:

- a) indeferir a petição inicial.
- b) aguardar a manifestação da reclamada, acolhendo requerimento no sentido de que seja indeferida a inicial, se formulada em contestação.
- c) promoverá a correção da inicial, com os esclarecimentos que colher do reclamante na audiência.
- d) conceder prazo para que seja emendada a inicial, sob pena de indeferimento da inicial.

8. O Agravo de Instrumento deve conter obrigatoriamente as seguintes peças:

- a) cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do pagamento das custas.
- b) cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do pagamento das custas.
- c) cópia da decisão agravada, das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do pagamento das custas.
- d) cópia da decisão agravada, da certidão da respectiva intimação, da procuração outorgada ao advogado do agravante, da petição inicial, da contestação, da decisão originária, da comprovação do depósito recursal e do pagamento das custas.

## **DIREITO DO TRABALHO**

9. Vantagem assegurada aos empregados por cláusula de acordo coletivo do trabalho pode ser alterada, com a supressão da vantagem:

- a) pelo contrato individual de trabalho, com homologação sindical.
- b) por posterior acordo coletivo de trabalho.
- c) por posterior sentença normativa.

d) tacitamente, por sucessiva convenção coletiva de trabalho que não renove a vantagem.

10. Hospital celebrou contrato com médico, pelo qual este passou a explorar os serviços de radiologia do hospital. O hospital cedeu o espaço físico e os equipamentos, remunerando o médico por serviços prestados, de acordo com tabela aprovada pelas partes; e o médico obrigou-se a manter o serviço em atividade permanentemente, para tanto contratando todo o pessoal necessário, através de contratos de emprego, dirigindo a prestação de trabalho do pessoal contratado. Implementado o contrato, é razoável entender que:

a) o contrato assinado entre médico e hospital não é válido, pois o serviço de radiologia se compreende nas atividades fim do hospital. Os contratos celebrados pelo médico com o pessoal que contratou e a quem dirige são válidos, não tendo o hospital qualquer responsabilidade quanto a tais contratos.

b) o contrato assinado entre médico e hospital é válido, dada a autonomia da atividade do médico na direção dos serviços. Os contratos celebrados pelo médico com o pessoal que contratou e a quem dirige é igualmente válido, não tendo o hospital qualquer responsabilidade pelas obrigações trabalhistas do médico com seus empregados.

c) o contrato assinado entre médico e hospital é válido, dada a autonomia da atividade do médico na direção dos serviços. Os contratos celebrados pelo médico com o pessoal que contratou e a quem dirige são igualmente válidos, mas o hospital é subsidiariamente responsável pelas obrigações trabalhistas do médico com seus empregados.

d) o contrato assinado entre médico e hospital é válido, dada a autonomia da atividade do médico na direção dos serviços. Os contratos celebrados pelo médico com o pessoal que contratou e a quem dirige é igualmente válido, mas o hospital é solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas do médico com seus empregados.

11. A idade mínima para a validade de contrato de trabalho é de:

a) 14 anos.

b) 12 anos, em se tratando de contrato de aprendizado, e 14 anos nos demais casos.

c) 14 anos, em se tratando de contrato de aprendizado, e 16 anos nos demais casos.

d) 12 anos, em se tratando de arrimo de família, e 14 anos nos demais casos.

12. O vendedor de uma empresa recebe da empregadora: a) salário fixo de R\$ 1.000,00 mensais; b) comissões, entre R\$ 900,00 e R\$ 1.100,00 por mês; c) diárias para viagem de R\$ 30,00 por dia, sendo que viaja em média 20 dias por mês; d) prêmio de 10% sobre o salário nos meses em que seja atingida a quota de vendas estabelecida pela empresa; e) gratificação semestral prevista em seu contrato de trabalho, correspondente ao salário fixo mais a média de comissões; f) participação de 0,2% no resultado anual, paga em janeiro, conforme previsto em acordo celebrado entre representantes dos trabalhadores e a empresa, com a participação do sindicato profissional. Para efeito de FGTS não serão consideradas as seguintes parcelas, ainda quando haja o pagamento das mesmas:

a) diárias e participação anual no resultado.

b) diárias e prêmio.

c) prêmio e participação anual no resultado.

d) gratificação semestral e prêmio.

13. O empregado foi admitido em 02/01/98. Nos meses de janeiro e fevereiro faltou injustificadamente 3 dias em cada mês. Em primeiro de março ficou doente, e esteve afastado por doença, recebendo auxílio previdenciário, até 30 de setembro. Em primeiro de outubro retornou ao trabalho, e não teve mais nenhuma falta até o final do ano. Dia 02/01/99 esse empregado:

- a) tinha direito a 24 dias de férias vencidas, pois o afastamento por doença não prejudica o direito às férias.
- b) tinha direito a 5/12 de 30 dias de férias vencidas, proporcionais aos meses trabalhados.
- c) tinha direito a 6/12 de 24 dias de férias vendidas, proporcionais aos meses trabalhados, computando o mês de março.
- d) não tinha direito a férias vencidas, em razão do período de afastamento por doença.

14. "CÍCERO e SEVERINO são operadores de máquina em uma empresa. CÍCERO sofre acidente do trabalho e quebra um braço, ficando impossibilitado de trabalhar por 90 dias. SEVERINO, num Domingo, jogando futebol com amigos, quebra um braço, ficando impossibilitado de trabalhar por 90 dias".

- a) CÍCERO e SEVERINO vão receber os salários integrais, pelos 90 dias de afastamento.
- b) CÍCERO vai receber os salários integrais, pelos 90 dias, e SEVERINO nenhum salário vai receber nesse período.
- c) CÍCERO vai receber salários por 15 dias, e os depósitos para o FGTS incidentes sobre os salários correspondentes a todo o período de afastamento. SEVERINO vai receber salários por 15 dias, e os depósitos para o FGTS correspondentes aos salários percebidos.
- d) CÍCERO e SEVERINO vão receber salários por 15 dias, sendo feitos os depósitos na conta do FGTS correspondentes aos salários percebidos.

15. "O empregado bancário, trabalhando no atendimento ao público, apresentou-se no trabalho com a barba por fazer, e sem gravata, desatendendo as normas internas do banco. Advertido, prosseguiu nesse comportamento, sendo suspenso e depois despedido". Qual das soluções e fundamentos são os mais adequados para o julgamento do caso:

- a) foi correta a despedida por justa causa, pois o empregador tem liberdade para exigir de seu empregado subordinação a todas as suas ordens.
- b) foi correta a despedida por justa causa, pois firmando o contrato de trabalho o empregado obrigou-se a cumprir as normas do banco, e as exigências eram razoáveis, decorrendo de necessidade do serviço, pois o empregado representava o banco quando atendia o público.
- c) o empregado não praticou falta, pois a subordinação decorrente do contrato de trabalho só diz respeito com a prestação do trabalho e não com a aparência do empregado.
- d) a norma constante do regulamento do banco não é válida, porque invade a privacidade do empregado. O empregado não cometeu justa causa para a despedida.

16. As centrais sindicais:

- a) só podem celebrar convenções coletivas de âmbito nacional.
- b) só podem celebrar acordo coletivo na ausência de sindicato, federação ou confederação da categoria.

c) apesar de não estarem previstas na estrutura sindical definida pela Constituição receberam atribuição de representação da classe trabalhadora, em algumas situações definidas por lei.

d) não têm qualquer função de representação, dado que sua existência é incompatível com o princípio de unicidade sindical acolhido pela Constituição Federal.

17. "Figuremos que tivesse sido celebrada convenção coletiva pelas seguintes entidades (que eventualmente podem ser fictícias): de um lado, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Ribeirão Preto; de outro as entidades patronais: Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo e Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado de São Paulo.

Esta convenção alcançaria:

a) os trabalhadores na construção civil de São Paulo, trabalhadores da indústria de marcenaria de São Paulo, e trabalhadores na indústria da marcenaria de Ribeirão Preto.

b) os trabalhadores na construção civil de São Paulo, trabalhadores da indústria de marcenaria de São Paulo, trabalhadores na indústria da marcenaria de Ribeirão Preto, e trabalhadores nas indústrias da construção e trabalhadores em marcenaria das localidades em que não houvesse sindicatos de trabalhadores dessas categorias.

c) os trabalhadores nas indústrias da construção e do mobiliário de São Paulo, trabalhadores nas indústrias do mobiliário de Ribeirão Preto, e trabalhadores da construção e mobiliário das demais cidades do Estado de São Paulo.

d) os trabalhadores nas indústrias da construção de São Paulo, trabalhadores em marcenaria de São Paulo, trabalhadores nas indústrias da construção civil de Ribeirão Preto, e trabalhadores da construção e mobiliário das demais cidades do Estado de São Paulo.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

18. Determinada decisão terminativa do processo proferida por Juiz de Primeiro Grau (isto é, sentença de extinção do processo sem que o Juiz acolha ou rejeite o pedido) foi reapreciada e confirmada, por maioria de votos, em grau de apelação. Objetivando recorrer, o vencido interpõe:

a) embargos de divergência.

b) recurso especial e recurso extraordinário.

c) embargos infringentes.

d) recurso de revista.

19. A medida cautelar tem função:

a) declaratória para esclarecimento de uma relação jurídica.

b) cumulativa, necessária, quando uma lide não pode ser deduzida em um único processo.

c) de afirmar a existência de suposta ofensa a um direito ou quanto à necessidade de controlar a validade de uma norma jurídica.

d) acautelatória, preventiva, não podendo, em regra, gerar efeitos satisfatórios, sob pena de frustrar o contraditório e a apreciação final do mérito do processo.

20. O prazo para a autoridade coatora prestar as informações em sede de Mandado de Segurança é de:

- a) 5 dias.
- b) 8 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.

21. Em relação à figura do "chamamento ao processo", é possível dizer. Aponte a hipótese correta:

- a) a ação tem natureza declaratória, exercida por quem formula o pedido de chamamento.
- b) é ação condenatória exercida pelo devedor solidário.
- c) é possível no procedimento sumaríssimo.
- d) é ação que cabe no processo de execução.

22. Em relação à intervenção de terceiro, observa-se que. Aponte a hipótese correta:

- a) é possível em todo e qualquer espécie de processo.
- b) com exceção à assistência só é possível no processo de execução.
- c) com exceção à assistência só é possível no processo de conhecimento.
- d) cabível, em suas diversas modalidades quando há solidariedade em obrigações de natureza cambial.

#### DIREITO CIVIL

23. José, com 15 anos de idade, fez um testamento por instrumento público. Não tem filhos, goza de boa saúde física e psíquica, seus pais são vivos e tem 3 irmãos mais novos. Cinco anos após, por uma fatalidade, sofre um acidente e vem a falecer. Esse testamento é:

- a) nulo, porque menores de 16 anos são incapazes de testar.
- b) nulo, porque menores de 16 anos devem testar na presença de um Juiz da Infância e Juventude.
- c) anulável, porque menores de 16 anos devem testar mediante representação dos pais ou responsáveis.
- d) válido, não havendo restrições para testar aos maiores de 14 anos.

24. O marido, sem o consentimento da mulher, não poderá alienar bens imóveis:

- a) não sendo um contrato translativo de direitos reais sobre imóveis e constituindo, apenas, um ato preliminar ou preparatório do contrato de compra e venda, o compromisso vale mesmo sem a outorga da mulher do promitente-vendedor.
- b) a promessa de venda e compra, em se tratando de transmissão de imóvel, gera, também, efeitos reais.
- c) ainda que se trate de compromisso de compra e venda, não há como deixar de exigir o consentimento da mulher.
- d) em verdade, a restrição só se aplica se for o regime da comunhão universal.

25. Se a lei, em seu último artigo, não diz qual o prazo em que deverá entrar em vigor em todo o país:

- a) vale imediatamente após a publicação.
- b) vale a partir de 45 dias depois da publicação.
- c) vale a partir de 90 dias depois da publicação.
- d) ficará suspensa até que o Poder Legislativo declare sua vigência.

26. Considerando cada um dos itens abaixo (I e II) aponte a hipótese correta:  
I – “A” supõe estar adquirindo um lote de terreno em localização excelente, quando, na verdade, está comprando um lote situado num charco.  
II – “B” faz seguro de vida, omitindo moléstia grave, vindo a falecer poucos meses depois.

- a) I – erro sobre a natureza do ato negocial.  
II – erro sobre o objeto principal da declaração.
- b) I – erro sobre o objeto principal da declaração.  
II – dolo negativo.
- c) I – dolo positivo.  
II – dolo negativo
- d) I – erro sobre a qualidade essencial do objeto.  
II – erro substancial sobre a qualidade da pessoa.

27. Considerando cada um dos itens abaixo (I e II) aponte a hipótese correta:  
I – “A” e “B” assinam um contrato de venda e compra, com a condição de “B”, o comprador, não ocupar o imóvel, objeto do acordo.  
II – “A” estabelece, através de um acordo inicial, que comprará o imóvel se a venda for feita por escritura pública.

- a) I – condição proibida fisicamente impossível.  
II – condição voluntária.
- b) I - condição proibida, perplexa, juridicamente possível.  
II – condição resolutiva.
- c) I – condição voluntária.  
II – condição necessária.
- d) I – condição proibida, perplexa, juridicamente impossível.  
II – não é condição.

28. Aponte a hipótese correta:

- a) não terá o credor de provar o prejuízo para exigir “pleno iure” a cláusula penal.
- b) a cláusula penal é um pacto acessório, em que as partes estipulam a pena pecuniária, em caso de inadimplemento da obrigação, sempre em conjunto com a obrigação principal.
- c) caso não seja cumprida a obrigação, ao credor assistirá somente o direito de demandar a pena.
- d) como a cláusula penal é baseada numa pré-avaliação dos danos possíveis e livremente pactuada, não poderá a Justiça alterar o seu valor.

### DIREITO CONSTITUCIONAL

29. O direito à livre associação sindical é garantido:

- a) ao servidor público militar.
- b) ao servidor público civil.
- c) aos servidores de ambas as espécies.
- d) somente aos empregados das empresas do Estado regidos pela CLT.

30. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os seguintes direitos:

- a) aviso prévio; licença-paternidade; repouso semanal remunerado; décimo terceiro salário.
- b) licença à gestante; férias anuais sem a remuneração de um terço a mais do que o salário normal; vale-transporte; aviso prévio.



- c) irredutibilidade do salário; horas extras; licença-paternidade.
- d) salário mínimo; FGTS; salário-família; aposentadoria.

31. Em matéria de organização do estado brasileiro observa-se que:

- a) o princípio federativo pode ser alterado por emenda constitucional.
- b) são traços da Federação: união de entidades políticas autônomas, divisão de poderes, legislativo federal e estadual, autonomia dos estados, dependência do executivo federal e subordinação ao Judiciário da União.
- c) a União tem competências legislativas privativas, previstas na C. Federal e em decorrência não há autorização constitucional para quaisquer espécies de delegação.
- d) o interesse do município não é exclusivo, porque faz parte de uma comunidade maior, mas, tem, isto sim, interesse imediato e local.

32. Aponte a alternativa correta:

- a) considerando um projeto de lei parcialmente inconstitucional, o Presidente da República pode vetá-lo no prazo de quinze dias, comunicando em vinte e quatro horas ao Presidente do Senado o motivo do veto.
- b) um projeto de lei é enviado à Casa Revisora, esta poderá aprová-lo e devolvê-lo à Casa Iniciadora para eventuais emendas.
- c) o Presidente da República, considerando o projeto inconstitucional deve vetá-lo no prazo de quinze dias, mas se assim não ocorrer, o silêncio quanto ao veto importará em sanção.
- d) um projeto de lei de iniciativa popular terá sua discussão iniciada no plenário, quando subscrito, no mínimo por um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos em quatro estados.

33. Ao Presidente da República e aos cargos simétricos nos âmbitos estadual e municipal cabe:

- a) a faculdade de expedir regulamentos, independente de lei que os fundamente, chamados regulamentos autônomos.
- b) a faculdade de expedir regulamentos "secundum legem", sob pena de extravasamento de sua competência, com clara ilegalidade.
- c) a faculdade de expedir regulamentos através de Resolução Legislativa.
- d) a faculdade de expedir decretos, "secundum legem" através de Medidas Provisórias.

34. Em relação às Finanças Públicas podemos definir:

- a) a lei de Diretrizes Orçamentárias tem a duração do exercício financeiro anual.
- b) a lei de Diretrizes Orçamentárias tem duração menor do que o exercício financeiro, admitida porém, sua prorrogação.
- c) a lei de Diretrizes Orçamentárias tem duração maior do que o exercício financeiro.
- d) a despesa pública vem fixada pela receita pública.

35. Considerando cada um dos itens abaixo (I, II e III), aponte a hipótese correta:

- I – Ato do Presidente da República que pode ser suprido pelo Legislativo.
- II – Ato que em regra é do Presidente da República, após a sanção, mas pode ser suprido pelo Presidente do Senado.
- III – Ato do Presidente da República, tácito ou não que aquiesce ao projeto de lei.

- a) veto, promulgação, veto.
- b) promulgação, publicação, sanção.
- c) sanção, veto, publicação.
- d) veto, promulgação, sanção.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

36. Em matéria de irregularidade no serviço público é certo dizer:

- a) as denúncias sobre irregularidades, somente serão objeto de apuração, quando não configurarem ilícito penal.
- b) o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá a trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo.
- c) o inquérito administrativo decorre do poder disciplinar do Órgão Público e transcorrerá sem interferência do acusado.
- d) o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá a sessenta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida sua prorrogação por igual prazo.

37. São requisitos básicos para a investidura em cargo público:

- a) nacionalidade brasileira, idade mínima de 18 anos e aptidão física e mental.
- b) nacionalidade brasileira, idade mínima de 21 anos e aptidão física e mental.
- c) nacionalidade brasileira, reputação ilibada e idade mínima de 18 anos.
- d) nacionalidade brasileira, nível de escolaridade exigido para o cargo e idade mínima de 18 anos.

38. Quando o Poder Público aposenta quem completa 70 anos, ele pratica:

- a) um ato administrativo vinculado passível de revisão.
- b) um ato jurídico complexo, dependente da apreciação subjetiva da Administração.
- c) um ato administrativo vinculado, insuscetível de revisão.
- d) um ato jurídico complexo, unilateral, dependente de fatores objetivamente considerados, passível de revisão.

39. No que concerne ao ato administrativo, temos as seguintes espécies:

- a) autorização – ato unilateral vinculado, pelo qual a Administração faculta o exercício de atividade material, normalmente de caráter precário, como autorização para porte de arma.
- b) homologação – ato vinculado, pelo qual a Administração concorda com ato jurídico, já praticado, uma vez verificada a sua regularidade.
- c) licença – ato discricionário, pelo qual a Administração concede requerimento para uma atividade, como a exploração de jazida mineral.
- d) permissão – ato bilateral, vinculado, pelo qual a Administração faculta a prestação de um serviço público.

## DIREITO PENAL

40. José, comerciante, e João, agente fazendário, em concurso consciente de vontades apossaram-se de dinheiro pertencente ao Estado, proveniente de impostos e taxas, do qual o segundo tinha a posse em decorrência do exercício de suas funções. José conhecia a procedência do dinheiro e sabia ser João funcionário público. No caso:

- a) ambos praticaram o crime de apropriação indébita.
- b) João responderá por peculato e José por peculato culposo.
- c) José praticou o delito de furto e João, o de peculato.
- d) ambos cometeram o crime de peculato.

41. O autor, chefe de seção de repartição pública, acusa o servidor, seu subordinado, de trabalhar todos os dias embriagado. O servidor ingressa com queixa-crime por difamação.

- a) cabe a exceção da verdade por parte do autor.
- b) não cabe exceção da verdade porque se trata de justa causa para o rompimento do contrato de trabalho.
- c) não cabe exceção da verdade porque a embriaguez não é crime, somente contravenção.
- d) cabe a exceção da verdade porque admissível em qualquer crime contra a honra.

42. Sabendo das noções de honra objetiva, honra subjetiva, honra-dignidade e honra profissional aponte a hipótese correta.

- a) um morto não pode ser injuriado, embora terceiros possam ser atingidos pelo ato, aí, sim, injurioso. Já a calúnia que atinge a honra objetiva, é possível contra os mortos.
- b) calúnia atinge a honra subjetiva e a difamação, a honra objetiva.
- c) a injúria atinge o sentimento próprio a respeito de atributos físicos, morais e intelectuais. Diz respeito à honra subjetiva, enquanto, que a difamação atinge a honra objetiva, como chamar alguém de ladrão.
- d) calúnia atinge a reputação e, portanto, a honra objetiva e a difamação atingem a dignidade, e, portanto, a honra subjetiva.

## DIREITO INTERNACIONAL

43. Aponte a hipótese correta:

- a) a competência para executar sentença estrangeira é do Supremo Tribunal Federal, após o devido ato homologatório.
- b) somente pode haver execução de sentença estrangeira ou de título extrajudicial com a devida homologação do Supremo Tribunal Federal.
- c) o Supremo Tribunal Federal não necessita homologar título extrajudicial, oriundo de país estrangeiro, para que o mesmo tenha eficácia executiva.
- d) a concessão do "Exequatur" diz respeito às sentenças estrangeiras, sendo atividade inerente ao Superior Tribunal de Justiça.

44. Obrigações resultantes dos contratos e atos jurídicos estrangeiros. Aponte a hipótese correta:

- a) quando a eficácia dos contratos não está subordinada à forma dos mesmos incide a regra "locus regit actum".
- b) não obedecem à regra do "locus regit actum", os cônjuges quando redigem seus atos no estrangeiro, porque não podem os agentes notariais satisfazer a vontade das partes, quando estas mostrarem preferências pelas formas locais.

- c) as obrigações que tenham de ser cumpridas no Brasil devem seguir a lei brasileira, mas no que concerne à substância e efeitos, ainda que essenciais à validade do ato, se subordinam à "lex loci contractus".
- d) desde que provenientes da vontade não viciada das partes, sempre poderão ser executados no Brasil, ainda que contrarie norma de ordem pública, obrigações não cumpridas, porque seguem a lei do lugar em que se constituírem.
45. Considerando cada um dos itens abaixo (I, II, III e IV), aponte a hipótese correta.
- I - Tratados institucionais  
 II - Representantes dos governos e das classes sociais  
 III - Tratados solenes  
 IV - Ratificação
- a) I - ONU, OEA, OIT  
 II - ALCA, MERCOSUL  
 III - negociação, assinatura, ratificação  
 IV - o mesmo que "ad referendum" do Congresso
- b) I - ONU, ITAIPU  
 II - OIT  
 III - troca de cartas e assinatura  
 IV - ato solene que obriga o país na esfera internacional
- c) I - criam organizações internacionais  
 II - OIT  
 III - negociação, assinatura, ratificação  
 IV - ato solene que obriga o país na esfera internacional.
- d) I - criam organizações internacionais  
 II - MERCOSUL  
 III - acordos de forma simplificada  
 IV - mesmo que assinatura

### DIREITO PREVIDENCIÁRIO

46. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
- a) universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade na forma de participação no custeio, caráter democrático e gestão administrativa centralizada.
- b) descentralização da gestão administrativa, com a participação da comunidade em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados, universalidade dos serviços prestados às populações urbanas e rurais, irredutibilidade na forma de participação no custeio e uniformidade do valor dos benefícios.
- c) universalidade da cobertura e do atendimento, seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio e diversidade na base de financiamento.
- d) descentralização da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados, seletividade dos benefícios e equivalência na prestação de serviços às populações urbanas e rurais e uniformidade na base de financiamento.
47. São consideradas prestações da Previdência Social devidas aos segurados e seus dependentes.

- a) aposentadoria por invalidez, salário família, auxílio-reclusão e reabilitação profissional.
- b) aposentadoria por tempo de contribuição, auxílio-doença, seguro-desemprego e salário-maternidade.
- c) aposentadoria por tempo de serviço, auxílio-acidente, licença-paternidade e pecúlio.
- d) aposentadoria especial, abono de permanência em serviço, pensão especial por invalidez e auxílio-natalidade.

### DIREITO COMERCIAL

48. Na sociedade por quotas de responsabilidade limitada, a regra de limitação da responsabilidade pessoal dos sócios:
- a) é inerente a esse tipo de sociedade, ainda que a expressão limitada não conste do nome comercial.
  - b) pode ser atribuída a alguns dos sócios apenas.
  - c) é específica para gerentes delegados.
  - d) decorre da tipificação legal.
49. Contra a sentença proferida em pedido de falência, em caso de sua decretação e em caso de não decretação, cabem os seguintes recursos:
- a) recurso ordinário falimentar em ambos os casos.
  - b) agravo e/ou embargos na primeira hipótese e apelação na segunda.
  - c) apelação em ambos os casos.
  - d) recurso ordinário falimentar na primeira hipótese e apelação na segunda.
50. A concordata preventiva, a par de garantir maior prazo para pagamento das dívidas quirografárias, também prevê:
- a) a renegociação de tributos.
  - b) a reorganização empresarial e a suspensão do pagamento de empregados.
  - c) a inclusão de obrigações com garantia real.
  - d) a decretação da falência após doze meses, se não houver cumprimento parcial.